

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



SUMÁRIO

	PÁG.
Presidência da Comissão	03
Membros Titulares	04
Membros Suplentes	05
Corpo Técnico	06
Mensagem do Presidente	07
Quantitativo das Atividades Administrativas e de Comunicação.....	10
Quantitativo de Produção Legislativa	10
Proposições.....	11
Projetos e Propostas de Fiscalização e Controle.....	11
Designações de Relatores.....	11
Aprovados.....	15
Rejeitados	16
Prejudicados.....	18
Prontos para Pauta	19
Pendentes de Parecer	20
Retirado da Comissão.....	22
Retirado de Tramitação.....	22
Pendentes de Designação	22
Requerimentos	22
Emendas Orçamentárias da Comissão	26
Emendas ao PLN Nº 7/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	26
Emendas ao PLN Nº 46/2009 – Lei Orçamentária Anual – 2010	27
Reuniões de Audiência Pública	28
Reuniões com Representantes Governamentais e da Sociedade Civil	39
Subcomissões	41
Composição e Instalação	41
Subcomissões Especiais em Vigência.....	42
Subcomissões Permanentes em Vigência.....	42
10ª Edição da Conferência das Cidades	43
5ª Edição do Concurso Público Selo Cidade Cidadã.....	48
Atividades da Assessoria de Imprensa da Comissão.....	51
Participação da Sociedade	52
Considerações Finais	52

PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO



Deputado EDUARDO SCIARRA
DEM/PR
Presidente



Deputado JOÃO BITTAR
DEM/MG
1º Vice-Presidente



Deputado FERNANDO
CHUCRE
PSDB/SP
2º Vice-Presidente



Deputado JOSÉ CHAVES
PTB/PE
3º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



Angela Amim
PP/SC



Eduardo Sciarra
DEM/PR



Emilia Fernandes
PT/RS



Evandro Milhomen
PCdoB/AP



Fernando Chucre
PSDB/SP



Flaviano Melo
PMDB/AC



Francisco Praciano
PT/AM



João Bittar
PSDB/MG



João Carlos Bacelar
PR/BA



José Carlos Machado
DEM/SE



José Chaves
PTB/PE



José Paulo Tóffano
PV/SP



Marcelo Melo
PMDB/GO



Mário Heringer
PDT/MG



Milton Barbosa
PSC/BA



Osmar Júnior
PCdoB/PI



Zezéu Ribeiro
PT/BA

MEMBROS SUPLENTES



Acélio Casagrande
PMDB/SC



Arnaldo Jardim
PPS/SP



Bene Camacho
PTB/MA



Benedito de Lira
PP/AL



Chico da Princesa
PR/PR



Flávio Dino
PCdoB/MA



Gustavo Fruet
PSDB/PR



Jorge Khoury
DEM/BA



José Airton Cirilo
PT/CE



José Carlos Vieira
PR/SC



Jurandy Loureiro
PSC/ES



Léo Vivas
PRB/RJ



Leonardo Monteiro
PT/MG



Luiz Carlos Busato
PTB/RS



Onyx Lorenzoni
DEM/RS



Renato Amary
PSDB/SP



Silvio Costa
PTB/PE

CORPO TÉCNICO

Secretário da Comissão

Estevam dos Santos Silva

1º Secretário Substituto

Gilson Vieira de Araújo

2º Secretaria Substituta

Clesione Alves Gomes

Assessoria Legislativa

Ana Cláudia de Araújo

Clesione Alves Gomes

Elita Henrique de Sousa

Gilson Vieira de Araújo

Paulo Sérgio Silva dos Santos

Assessoria Administrativa

Eloneide Rodrigues dos Santos Sampaio

Francisco Augusto de Queiroz

Míriam Paiva da Silva

Assessoria de Comunicação

Margarida de Jesus Teixeira Gorga – Guida

Sidney Mendes Lins Júnior

Ana Paula de Resende Coutinho - estagiária

Assessoria Técnica

André Ferro de Oliveira

Carla dos Santos Cunha

Taciânia Marinho Regis de Moura

Menores aprendizes – Projeto Pró-adolescente

Breno Mesquita da Silva

Clara Agnes Avelino Martins

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao assumirmos a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano, em março de 2009, percebemos o valoroso desafio a ser enfrentado, face à complexidade, peculiaridade e importância do campo temático tratado neste Órgão Técnico.

De início, mantivemos a agenda tradicional da Comissão, cumprida com muita competência por aqueles que me antecederam, e, aos poucos, buscamos, com a participação dos nobres pares, ampliar nossa contribuição a partir da implementação de ações e projetos inovadoras destinadas à melhoria das condições de vida nas cidades brasileiras.

Ao longo deste ano, priorizamos as temáticas relativas à mobilidade urbana sustentável, à habitação popular e à infraestrutura urbana nas cidades que sediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014, bem como as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Essas diretrizes nortearam minha gestão à frente da CDU, possibilitando a discussão e votação de 40 proposições, a realização de 12 audiências públicas, além da promoção de outros eventos visando aprimorar e intensificar os trabalhos legislativos a cargo deste Órgão, cujas informações e detalhamento poderão ser conhecidos neste relatório.

Além das reuniões ordinárias semanais e das audiências públicas realizadas, outros tantos encontros e reuniões com autoridades dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e representantes de entidades da sociedade civil foram concretizadas no decorrer do ano, demonstrando o caráter democrático do Colegiado e buscando, por meio da constante interação com todos os setores públicos e privados envolvidos com o desenvolvimento urbano, solucionar ou, pelo menos, amenizar alguns dos principais problemas urbanos que afetam as cidades brasileiras.

Convém destacar, por sua importância, o trabalho que desenvolvemos visando estreitar relações institucionais com os outros Poderes da União. Assim que assumimos a presidência da CDU, solicitamos audiência com os Ministros das Pastas que guardam relação com o campo temático desta Unidade Técnica, com o propósito de estabelecer uma agenda comum no que se refere aos grandes temas que figuraram na agenda político-legislativa do País em 2009, como, a exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, bem como os investimentos em infraestrutura em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016.

Na mesma linha, tivemos uma profícua reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, ocasião em que foi tratado de diversos temas relacionados ao desenvolvimento urbano no País, notadamente quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4058/DF, em curso naquele tribunal,

que pede a impugnação do artigo 58 da Lei nº 11.225/2007, referente à titularidade dos serviços de saneamento ambiental no Brasil.

Merece destaque, igualmente, a participação ativa da CDU à frente das discussões em torno da regulamentação da Lei nº 11.445/2007, que estabelece o marco regulatório do saneamento básico. O Decreto Regulamentador da Lei deve, entre outros elementos importantes, apresentar os critérios a serem utilizados pelo Governo Federal no financiamento público de obras de saneamento básico e ainda deixar espaço para que os demais entes federados (Estados, Distrito Federal e Municípios) regulem critérios de planejamento, gestão e controle, de acordo com suas necessidades e realidades específicas.

Convém registrar que a Comissão de Desenvolvimento Urbano também participou ativamente das discussões relacionadas à elaboração de uma legislação ambiental urbana que atenda as peculiaridades do espaço urbano, pretendendo traçar diretrizes sobre a conservação, supressão e recomposição da vegetação nativa localizada nas margens dos cursos e corpos d'água e no entorno de nascentes situados em área urbana consolidada. Trata-se de um projeto de suma importância, pois visa permitir o crescimento urbano com sustentabilidade e responsabilidade.

Dentro desse mesmo contexto, é importante realçar o engajamento deste Colegiado nas discussões havidas no âmbito do Grupo de Trabalho constituído pela Presidência desta Casa para fornecer subsídios à análise do Projeto de Lei nº 203/1991 e seus apensos, cujo propósito é definir a Política Nacional dos Resíduos Sólidos Urbanos. Estima-se que atualmente sejam coletadas 162.232 toneladas por dia de resíduos sólidos urbanos, e que uma outra parcela significativa, que não é recolhida, seja lançada nos espaços públicos e nos rios sem qualquer tratamento adequado, o que acarreta graves danos ao meio ambiente, à saúde das pessoas e à economia do país.

Ciente da gravidade dessa questão, bem como da urgente necessidade de encontrar soluções para mudar esse panorama, a CDU colaborou ativamente com o citado Grupo de Trabalho, inclusive tendo participado de encontro, na cidade de São Paulo, com representantes do setor para tratar de assuntos atinentes a essa matéria. Tal postura reflete a preocupação deste Órgão com tema da mais eleva importância para o futuro das cidades brasileiras e do próprio meio ambiente.

Por fim e atendendo ao escopo de aproximação e de interação com os diversos setores da sociedade, a Comissão realizou, com grande sucesso, dois grandes eventos: a 10ª Conferência das Cidades e a 5ª edição do Concurso Selo Cidade Cidadã, ambos com a temática mobilidade urbana sustentável, os quais foram marcados pelo alto nível dos conteúdos e abordagens apresentados pelos participantes.

Do quanto exposto, podemos afirmar que concluimos nossa gestão mais experientes e convictos de que os novos desafios e projetos poderão ser continuados e aperfeiçoados por meus sucessores. Deixo a presidência desta Comissão na certeza de que todos nós que a compomos – com o apoio e a participação da sociedade, representada por entidades de classe, fóruns, movimentos populares e o poder público –, cumprimos meritoriamente a nobre jornada rumo à construção de cidades mais justas, democráticas, sustentáveis e que propiciem melhores condições de vida aos seus habitantes.

Deputado EDUARDO SCIARRA

Presidente

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE COMUNICAÇÃO

Ofícios da Presidência – expedidos	224
Ofícios da Presidência – recebidos	22
Ofícios da Secretaria – expedidos.....	245
Ofícios da Secretaria – recebidos	4
Memorando expedidos.....	45
Edições do Informativo da Comissão	53
Correspondências eletrônicas – recebidas	265
Correspondências eletrônicas - enviadas	153
Fale Conosco – recebidos e respondidos	57

QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Designações de relatores.....	29
Proposições apreciadas	46
Proposições aprovadas.....	35
Proposições rejeitadas	11
Emendas da Comissão à LDO – PLN. 07/2009	5
Emendas da Comissão à LOA – PLN. 46/2009	8
Reuniões realizadas.....	40
Reuniões deliberativas	28
Reuniões de audiência pública.....	12
Reunião com autoridades governamentais e da sociedade civil organizada	13
Eventos	2

PROPOSIÇÕES.

PROJETOS E PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

DESIGNAÇÕES DE RELATORES.

À DEPUTADA ANGELA AMIN:

Projeto de Lei nº 4.967/09 – do Sr. Nelson Bornier – que “obriga que no mínimo 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos estados, municípios ou por ele subsidiados com recursos da administração pública federal, sejam destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. Apensado o Projeto de Lei nº 5.808/09.

Em 28/04/2009; e

Projeto de Lei nº 936/07 – da Sra. Íris de Araújo – que “altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir o financiamento de centros de convivência e casas-lares para idosos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”.

Em 27/10/2009.

AO DEPUTADO CHICO DA PRINCESA:

Projeto de Lei nº 6.166/09 - do Sr. Nelson Goetten - que "estabelece os requisitos de segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos pelos terminais rodoviários de passageiros, nos termos que menciona, e dá outras providências".

Em 27/10/2009.

À DEPUTADA EMÍLIA FERNANDES:

Projeto de Lei nº 4.266/08 - do Sr. Sandes Júnior - que "estabelecem normas para a utilização de calçadas e áreas públicas pelo comércio, bares, restaurantes e similares em cidades com população superior à 50.000 habitantes e dá outras providências".

Em 11/03/2009; e

Projeto de Lei nº 885-E/95 – Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 885-D/95 - da Sra. Maria Elvira - que "institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família".

Em 26/08/2009.

AO DEPUTADO FERNANDO CHUCRE:

Projeto de Lei nº 1.711/07 - do Senado Federal - que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências".

Em 05/03/2009.

AO DEPUTADO FLAVIANO MELO:

Projeto de Lei nº 4.516/08 - do Sr. Otavio Leite – que "dispõe sobre a construção de cômodo para porteiros e demais empregados de edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços".

Em 05/03/2009; e

Projeto de Lei nº 5.987/09 – do Sr. Roberto Britto – que “dispõe sobre destinação para arborização urbana de parte dos recursos arrecadados por aplicação de multa por infração ambiental”. Apensado o Projeto de Lei nº 6.557/09.

Em 27/10/2009.

AO DEPUTADO FLÁVIO DINO:

Projeto de Lei nº 1.516/07 – do Sr. Eduardo Valverde – que “altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensações de Variações Salariais - FCVS, e dá outras providências”. Apensados os Projetos de Lei nºs. 3.339/06 e 3.510/08.

Em 11/03/2009.

AO DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO:

Projeto de Lei nº 5.207/09 - da Sra. Manuela D'ávila - que "altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para dispor sobre a reserva de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS - para a população jovem".

Em 05/06/2009.

AO DEPUTADO JOÃO BITTAR:

Projeto de Lei nº 4.816/09 - do Sr. José Santana de Vasconcellos - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre Registros Públicos e à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, conferindo aos condomínios edilícios a oportunidade de se constituírem como pessoas jurídicas”.

Em 25/03/2009; e

Projeto de Lei Complementar nº 394/09 – do Sr. José Airton Cirilo – que “autoriza os Estados a legislar sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas moto-táxi”.

Em 15/04/2009.

AO DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR:

Projeto de Lei nº 4.749/09 - do Sr. Celso Russomanno – que “eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis”.

Em 25/03/2009; e

Projeto de Lei nº 6.462/09 – do Senado Federal – que “modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais".

Em 03/12/2009.

AO DEPUTADO JORGE KHOURY:

Projeto de Lei nº 5.630/09 - do Sr. Tadeu Filippelli - que "altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009".

Em 13/08/2009; e

Projeto de Lei nº 34-E/07 – do Sr. Cássio Taniguchi – Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 34-D – que “altera os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades”.

Em 15/12/2009.

AO DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO:

Projeto de Lei nº 748/07 - do Sr. Rogerio Lisboa - que "derroga o art. 9º da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004".

Em 05/03/2009; e

Projeto de Lei nº 6.342/09 – do Sr. Paulo Teixeira – que “institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda”.

Em 18/11/2009.

AO DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA:

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.926/09 – do Sr. Roberto Rocha – que “susta a aplicação do art. 2º, V, e do art. 3º, I, da Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)”.

Em 10/12/2009; e

Projeto de Lei nº 223/2007 – do Sr. Carlito Merss – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, para exigir a apresentação de atestado de qualificação nas operações de crédito realizadas com recursos do FGTS”.

Em 10/12/2009.

AO DEPUTADO JOSÉ CHAVES:

Projeto de Lei nº 848/03 - do Sr. Eduardo Cunha - que "estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel". Apensados os Projetos de Lei nºs. 4.602/04 e 5.786/09.

Em 05/03/2009.

AO DEPUTADO MARCELO MELO:

Projeto de Lei nº 4.374/08 - do Sr. Gonzaga Patriota - que "disciplina, no âmbito das Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs, a exploração do serviço de transporte de passageiros e bens em veículo de aluguel a taxímetro e dá outras providências".
Em 05/03/2009; e

Projeto de Lei nº 6.290/09 – do Sr. Capitão Assunção – que “regulamenta o Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros por Táxi em Região Metropolitana e dá outras providências”.

Em 18/11/2009.

AO DEPUTADO MÁRIO HERINGER:

Projeto de Lei nº 2.020/07 - da Sra. Elcione Barbalho - que "dispõe sobre normas gerais de segurança em casas espetáculos e similares".
Em 05/03/2009.

AO DEPUTADO MILTON BARBOSA:

Projeto de Lei nº 2.541/07 – do Sr. Adão Pretto – que “acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e dá nova redação ao § 9º do art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de destinar os recursos obtidos pela alienação de bens que sejam instrumentos ou produtos dos crimes de lavagem de dinheiro e de tráfico ilícito de drogas, ou proveitos auferidos com a sua prática, ao Fundo Nacional da Habitação”.

Em 10/12/2009.

AO DEPUTADO ONYX LORENZONI:

Proposta de Fiscalização e Controle nº 75/09 – do Sr. Marcio Junqueira – que “propõe que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados execute uma fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do evento que reuniu prefeitos de todo Brasil, realizado 10 e 11 de fevereiro de 2009, em Brasília, patrocinado pelo Poder Executivo”.

Em 25/03/2009.

AO DEPUTADO OSMAR JÚNIOR:

Projeto de Lei nº 7.605/06 - do Sr. Jackson Barreto - que "regulamenta a execução de serviços de limpeza no exterior de edifícios".

Em 05/03/2009.

AO DEPUTADO RENATO AMARY:

Projeto de Lei nº 7.412/06 - do Sr. Inácio Arruda - que "altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, e as Leis nºs 11.124, de 16 de junho de 2005, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências". Apensados os Projetos de Lei nºs. 7.529/06 e 531/07.

Em 05/03/2009.

AO DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO:

Projeto de Lei nº 4.625/09 – do Sr. Regis de Oliveira – que “dispõe sobre a averbação de ampliação de áreas comuns de edifícios”.

Em 05/03/2009.

PROJETOS APROVADOS.

Projeto de Lei nº 885-E/95 – Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 885-D/95 - da Sra. Maria Elvira - que "institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família".

Relatora: Deputada Emilia Fernandes.

Parecer: pela aprovação.

Aprovado o Parecer da Relatora, por unanimidade, em 11/11/2009;

Projeto de Lei nº 748/07 - do Sr. Rogerio Lisboa - que "derroga o art. 9º da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004".

Relator: Deputado José Carlos Machado.

Parecer: pela aprovação deste e pela rejeição das Emendas de Relator nºs. 1 e 2 da Comissão de Defesa do Consumidor.

A Deputada Emilia Fernandes apresentou Voto em Separado.

Aprovado o Parecer do Relator em 16/12/2009;

Projeto de Lei nº 2.020/07 - da Sra. Elcione Barbalho - que "dispõe sobre normas gerais de segurança em casas espetáculos e similares".

Relator: Deputado Mário Heringer.

Parecer: pela aprovação deste, com Substitutivo.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 08/06/2009;

Projeto de Lei nº 2.630/07 - do Sr. José Carlos Vieira - que "dispõe sobre a adoção de providências visando economizar ou otimizar o uso da água, nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal". Apensados os Projetos de Lei nºs. 4.285/08 e 4.286/08.

Relator: Deputado José Paulo Tóffano.

Parecer: pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs. 4.285/08 e 4.286/08, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 27/05/2009;

Projeto de Lei nº 2.897/08 - do Sr. Miguel Martini - que "altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana".

Relator: Deputado José Paulo Tóffano.

Parecer: pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com emenda.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 27/05/2009;

Projeto de Lei nº 3.080/08 - do Sr. Silvinho Peccioli - que "dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas e dá outras providências".

Relator: Deputado Fernando Chucre.

Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 01/04/2009.

Projeto de Lei nº 4.516/08 - do Sr. Otavio Leite – que "dispõe sobre a construção de cômodo para porteiros e demais empregados de edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços".

Relator: Deputado Flaviano Melo.

Parecer: pela aprovação.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 08/06/2009;

Projeto de Lei nº 5.207/09 - da Sra. Manuela D'ávila - que "altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para dispor sobre a reserva de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS - para a população jovem".

Relator: Deputado Francisco Praciano.

Parecer: pela aprovação.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 30/09/2009; e

Projeto de Lei nº 5.630/09 - do Sr. Tadeu Filippelli - que "altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009".

Relator: Deputado Jorge Khoury.

Parecer: pela aprovação.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 18/11/2009.

PROJETOS REJEITADOS.

Projeto de Lei nº 848/03 - do Sr. Eduardo Cunha - que "estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel". Apensados os Projetos de Lei nºs. 4.602/04 e 5.786/09.

Relator: Deputado José Chaves.

Parecer: pela rejeição deste e dos os Projetos de Lei nºs. 4.602/04 e 5.786/09, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 02/12/2009;

Projeto de Lei nº 1.944/03 - do Sr. Gonzaga Patriota - que "define condições para circulação de veículos automotores em áreas urbanas tombadas e dá outras providências".

Relator: Deputado Zezéu Ribeiro.

Parecer: pela rejeição.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 21/10/2009;

Projetos de Lei nº 4.602/04 – do Sr. Fernando Coruja – que “estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel”. Apensado ao Projeto de Lei nº 848/03.

Relator: Deputado José Chaves.

Parecer: pela rejeição do Projeto de Lei nº 848/03 e dos Projetos de Lei nºs. 4.602/04 e 5.786/09, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 02/12/2009;

Projeto de Lei nº 7.412/06 - do Sr. Inácio Arruda - que "altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, e as Leis nºs 11.124, de 16 de junho de 2005, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências". Apensados os Projetos de Lei nºs. 7.529/06 e 531/07.

Relator: Deputado Renato Amary.

Parecer: pela rejeição deste e dos Projetos de Lei nºs. 7.529/06 e 531/07, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 01/06/2009;

Projetos de Lei nºs. 7.529/06 – do Poder Executivo - que “dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.876, de 15 de julho de 1981, prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, e dá outras providências”. Apensado ao Projeto de Lei nº 7.412/06.

Relator: Deputado Renato Amary.

Parecer: pela rejeição do Projeto de Lei nº 7.412/06 e dos Projetos de Lei nºs. 7.529/06 e 531/07, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 01/06/2009;

Projeto de Lei nº 7.649/06 - do Senado Federal - que "altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".

Relator: Deputado Luiz Carlos Busato.

Parecer: pela rejeição.

Aprovado o Parecer do Relator, contra o Voto em Separado do Deputado José Carlos Vieira, em 03/06/2009;

Projeto de Lei nº 531/07 - do Sr. Davi Alcolumbre - que “transforma em concessões de uso os aforamentos existentes no âmbito da União”. Apensado ao Projeto de Lei nº 7.412/06.

Relator: Deputado Renato Amary.

Parecer: pela rejeição do Projeto de Lei nº 7.412/06 e dos Projetos de Lei nºs. 7.529/06 e 531/07, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 01/06/2009;

Projeto de Lei nº 1.711/07 - do Senado Federal - que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Fernando Chucre.

Parecer: pela rejeição.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 07/10/2009;

Projeto de Lei nº 4.266/08 - do Sr. Sandes Júnior - que "estabelecem normas para a utilização de calçadas e áreas públicas pelo comércio, bares, restaurantes e similares em cidades com população superior à 50.000 habitantes e dá outras providências".

Relatora: Deputada Emília Fernandes.

Parecer: pela rejeição.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 20/10/2009;

Projeto de Lei nº 4.285/08 – do Sr. Lincoln Portela – que “torna obrigatório o emprego, em toda nova edificação, de bacias sanitárias com caixas de descarga acopladas”. Apensado ao Projeto de Lei nº 2.630/07.

Relator: Deputado José Paulo Tóffano.

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.630/07, com Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs. 4.285/08 e 4.286/08, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 27/05/2009;

Projeto de Lei nº 4.286/08 – do Sr. Lincoln Portela – que “torna obrigatória a utilização de torneiras com dispositivos de fechamento automático em novas edificações”. Apensado ao Projeto de Lei nº 2.630/07.

Relator: Deputado José Paulo Tóffano.

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.630/07, com Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs. 4.285/08 e 4.286/08, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 27/05/2009;

Projeto de Lei nº 4.374/08 - do Sr. Gonzaga Patriota - que "disciplina, no âmbito das Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs, a exploração do serviço de transporte de passageiros e bens em veículo de aluguel a taxímetro e dá outras providências".

Relator: Deputado Marcelo Melo.

Parecer: pela rejeição.

Aprovado o Parecer do Relator, contra o voto do Deputado Fernando Chiarelli e, em separado, dos Deputados José Chaves e Jorge Khoury, em 26/08/2009; e

Projeto de Lei nº 5.786/09 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “dispõe sobre a isenção de custas e emolumentos notariais e de registro para o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social – SNHIS”. Apensado ao Projeto de Lei nº 848/03.

Relator: Deputado José Chaves.

Parecer: pela rejeição do Projeto de Lei nº 848/03 e dos Projetos de Lei nºs. 4.602/04 e 5.786/09, apensados.

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 02/12/2009.

PROJETOS PREJUDICADOS - art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 4.967/09 – do Sr. Nelson Bornier – que “obriga que no mínimo 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos estados, municípios ou por ele subsidiados com recursos da administração pública federal, sejam destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. Apensado o Projeto de Lei nº 5.808/09.

Em virtude da aprovação pelo Plenário da Casa do Projeto de Lei nº 129/2007 – do Sr. Vanderlei Macris – que “altera o inciso I do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos cinco por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos”.

Projeto de Lei nº 5.808/09 – do Sr. Francisco Rossi – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos estados, municípios ou por ele subsidiados com

recursos da administração pública federal, a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos". Apensado ao Projeto de Lei nº 4.967/09

Em virtude da aprovação pelo Plenário da Casa do Projeto de Lei nº 129/2007 – do Sr. Vanderlei Macris – que “altera o inciso I do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos cinco por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos”.

PROJETOS PRONTOS PARA PAUTA.

Projeto de Lei nº 4.328/08 - do Sr. Fernando Chucre - que "dispõe sobre modalidade de financiamento habitacional a ser utilizada nos contratos firmados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)".

Relator: Deputado Arnaldo Jardim.

Parecer: pela aprovação;

Projeto de Lei nº 4.816/09 - do Sr. José Santana de Vasconcellos - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, conferindo aos condomínios edilícios a oportunidade de se constituírem como pessoas jurídicas".

Relator: Deputado João Bittar.

Parecer: pela aprovação, com emenda;

Projeto de Lei nº 6.166/09 - do Sr. Nelson Goetten - que "estabelece os requisitos de segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos pelos terminais rodoviários de passageiros, nos termos que menciona, e dá outras providências".

Relator: Deputado Chico da Princesa.

Parecer: pela aprovação;

Projeto de Lei nº 936/2007 – da Sra. Íris de Araújo – que “altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir o financiamento de centros de convivência e casas-lares para idosos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”.

Relatora: Deputada Angela Amin.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo; e

Projeto de Lei nº 7.605/06 - do Sr. Jackson Barreto - que "regulamenta a execução de serviços de limpeza no exterior de edifícios".

Relator: Deputado Osmar Júnior.

Parecer: pela rejeição.

PROJETOS E PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE PENDENTES DE PARECER.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.926/09 – do Sr. Roberto Rocha – que “susta a aplicação do art. 2º, V, e do art. 3º, I, da Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)”.

Relator: Deputado José Carlos Vieira.

Designação em 10/12/2009;

Proposta de Fiscalização e Controle nº 75/09 – do Sr. Marcio Junqueira – que “propõe que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados execute uma fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do evento que reuniu prefeitos de todo Brasil, realizado 10 e 11 de fevereiro de 2009, em Brasília, patrocinado pelo Poder Executivo”.

Relator: Deputado Onyx Lorenzoni.

Designação em 25/03/2009;

Projeto de Lei nº 34/09 – do Sr. Cássio Taniguchi – que “altera os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades”.

Relator: Deputado Jorge Khoury.

Designação em 15/12/2009;

Projeto de Lei nº 223/2007 – do Sr. Carlito Merss – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 1990, que “dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, para exigir a apresentação de atestado de qualificação nas operações de crédito realizadas com recursos do FGTS”.

Relator: Deputado José Carlos Vieira.

Designação em 10/12/2009;

Projeto de Lei nº 1.516/07 – do Sr. Eduardo Valverde – que “altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensações de Variações Salariais - FCVS, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Flávio Dino.

Designação em 11/03/2009;

Projeto de Lei nº 2.526/07 – do Sr. Silvio Lopes – que “acrescenta dispositivos ao Código Civil, para obrigar a realização periódica de perícia em edificações e construções consideráveis”.

Relator: Deputado Zezé Ribeiro.

Designação em 06/03/2008;

Projeto de Lei nº 2.541/07 – do Sr. Adão Pretto – que “acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e dá nova redação ao § 9º do art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de destinar os recursos obtidos pela alienação de bens que sejam instrumentos ou produtos dos crimes de lavagem de dinheiro e de tráfico ilícito de drogas, ou proveitos auferidos com a sua prática, ao Fundo Nacional da Habitação”.

Relator Deputado Milton Barbosa.

Designação em 10/12/2009;

Projeto de Lei nº 3.517/08 – do Sr. José Carlos Vieira – que “altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, Código Florestal”.

Relator: Deputado Evandro Milhomem.

Designação em 06/08/2008;

Projeto de Lei nº 4.749/09 - do Sr. Celso Russomanno – que “eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis”.

Relator: João Carlos Bacelar.

Designação em 25/03/2009;

Projeto de Lei nº 5.987/09 – do Sr. Roberto Britto – que “dispõe sobre destinação para arborização urbana de parte dos recursos arrecadados por aplicação de multa por infração ambiental. Apensado o Projeto de Lei nº 6.557/09.

Relator: Deputado Flaviano Melo.

Designação em 27/10/2009;

Projeto de Lei nº 6.290/09 – do Sr. Capitão Assunção – que “regulamenta o Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros por Táxi em Região Metropolitana e dá outras providências”.

Relator Deputado Marcelo Melo.

Designação em 18/11/2009;

Projeto de Lei nº 6.342/09 – do Sr. Paulo Teixeira – que “institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda”.

Relator: Deputado José Carlos Machado.

Designação em 18/11/2009;

Projeto de Lei nº 4.625/09 – do Sr. Regis de Oliveira – que “dispõe sobre a averbação de ampliação de áreas comuns de edifícios”.

Relator: Deputado Zezéu Ribeiro.

Designação em 05/03/2009;

Projeto de Lei nº 6.462/09 – do Senado Federal – que “modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências”, para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais”.

Relator: João Carlos Bacelar.

Designação em 12/02/2009; e

Projeto de Lei Complementar nº 394/09 – do Sr. José Airton Cirilo – que “autoriza os Estados a legislar sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas moto-táxi”.

Relator: Deputado João Bittar.

Designação em 15/04/2009.

PROJETO RETIRADO DA COMISSÃO

Projeto de Lei nº 3.460/04 – do Sr. Walter Feldman – que “institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências”.

Relator: Deputado Fernando Chucre.

Retirado da Comissão, tendo em vista Ato da Presidência criando Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.

PROJETO RETIRADO DE TRAMITAÇÃO.

Projeto de Lei nº 73/07 - da Sra. Solange Amaral - que "modifica o art. 2º e o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS".

Relator: Deputado Luiz Carlos Busato.

Parecer: pela rejeição.

Retirado de tramitação, conforme o Requerimento nº 4.648/09, da Deputada Solange Amaral, deferido nos termos do art. 104 c/c o inciso VII do art. 114, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PROJETO E PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE PENDENTES DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR.

Proposta de Fiscalização e Controle nº 17/99 – do Sr. César Bandeira – que “propõe que a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior fiscalize a aplicação de recursos do FGTS emprestados pela Caixa Econômica Federal à Companhia de Água e Esgotos do Estrado do Maranhão – CAEMA”; e

Projeto de Lei nº 6.709/09 – do Senado Federal – que “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”.

REQUERIMENTOS:

Requerimento nº 64/09 – do Sr. Eduardo Sciarra – que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Viação e Transportes para discutir a sustentabilidade urbana, tendo em vista intercâmbio entre os Governos do Brasil e da Suécia”.

Aprovado em 11/03/2009.

Audiência pública realizada em 26/03/2009;

Requerimento nº 65/09 – do Sr. José Chaves – que “requer a criação de Subcomissão Permanente para tratar de assuntos relacionados a "terrenos de marinha e seus acrescidos".

Aprovado em 25/03/2009.

Subcomissão instalada em 15/04/2009;

Requerimento nº 66/09 – do Sr. José Chaves – que “requer a realização de audiência pública, com a presença da doutora Alexandra Reschke, titular da Secretaria de Patrimônio da União (SPU)”.

Aprovado em 12/08/2009, com a ampliação do tema, contemplando outras atribuições institucionais da SPU.

Audiência pública realizada em 23/09/2009;

Requerimento nº 67/09 – do Sr. José Paulo Tóffano – que “requer a participação e apoio institucional da Comissão de Desenvolvimento Urbano para a realização de Seminário em Comemoração aos 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/99”.

Aprovado em 25/03/2009.

Evento realizado de 27 a 29/04/2009;

Requerimento nº 68/09 - da Comissão de Desenvolvimento Urbano - que "requer, nos termos regimentais, a realização da X Conferência das Cidades".

Aprovado em 25/03/2009.

Evento realizado em 1º e 02/09/09;

Requerimento nº 69/09 - do Sr. Renato Amary - que "requer a oitiva em audiência pública do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental".

Aprovado em 01/04/2009.

Audiência pública realizada em 15/04/2009;

Requerimento nº 70/09 - do Sr. José Chaves - que "requer a realização de audiência pública, com a presença do engenheiro-cartógrafo Obéde Pereira de Lima".

Aprovado em 01/04/2009.

Audiência pública realizada em 05/07/2009;

Requerimento nº 72/09 - do Sr. Jorge Khoury - que "solicita o convite do Ministro de Estado das Cidades, Sr. Marcio Fortes de Almeida, para prestar esclarecimentos sobre o programa "Minha Casa, Minha Vida"".

Aprovado em 01/04/2009.

Audiência pública realizada em 09/12/2009;

Requerimento nº 73/09 - do Sr. João Bittar - que "requer seja convidada a Presidente da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, para prestar esclarecimentos sobre o Programa "Minha Casa, Minha Vida"".

Aprovado em 29/04/2009;

Requerimento nº 74/09 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "requer, nos termos regimentais, a realização da 5ª edição do Concurso Público Selo Cidade Cidadã, com a temática Mobilidade Urbana".

Aprovado em 29/04/2009.

Evento realizado em 02/09/2009;

Requerimento nº 75/09 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita realização de Audiência Pública para discussão do processo de construção de ecolimites em torno de comunidades carentes localizadas na cidade do Rio de Janeiro, com a participação, mediante convite, do Sr. Sérgio Cabral Filho, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e, mediante convocação, do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos”.

Retirado pelo autor;

Requerimento nº 76/09 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Mounir Chaowiche, Diretor Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB), para explanar acerca de projetos e ações bem sucedidas na recuperação de áreas degradadas em assentamentos habitacionais na cidade de Curitiba".

Aprovado em 27/05/2009;

Requerimento nº 77/09 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Desenvolvimento Urbano emita ato de desagravo ao deputado Fernando Chucré, em razão de ofensas por ele sofridas no exercício de sua atuação parlamentar".

Aprovado em 03/06/2009, com as alterações no texto do ato de desagravo, conforme sugestões apresentadas pelo Deputado Zezé Ribeiro.

Efetivado em 03/06/2009;

Requerimento nº 78/09 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo e Desporto, com a finalidade de colher esclarecimento do Engenheiro José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia - Sinaenco, sobre o planejamento das obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014".

Aprovado em 03/06/2009, com a inclusão, como convidados, dos representantes dos entes públicos encarregados dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

Audiência pública realizada, em três etapas, em 30/06/2009, 06/10/2009 e 14/10/2009;

Requerimento nº 79/09 - do Sr. Onyx Lorenzoni - que "solicita realização de Audiência Pública para discussão do processo de construção de ecolimites em torno de comunidades carentes localizadas na cidade do Rio de Janeiro, com a participação, mediante convite, do Sr. Sérgio Cabral Filho, Governador do Estado do Rio de Janeiro".

Aprovado em 03/06/2009;

Requerimento nº 80/09 - do Sr. Onyx Lorenzoni - que "solicita realização de Audiência Pública para discussão do processo de construção de ecolimites em torno de comunidades carentes localizadas na cidade do Rio de Janeiro, com a participação, mediante convite, do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos".

Aprovado em 03/06/2009;

Requerimento nº 81/09 - do Sr. Flávio Dino - que "requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado das Cidades para tratar da inclusão nos programas habitacionais do Governo Federal das áreas atingidas por enchentes nos últimos doze meses".

Aprovado em 03/06/2009.

Audiência pública realizada em 09/12/2009;

Requerimento nº 82/09 - do Sr. Jorge Khoury - que "requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS, visando colher informações acerca do conceito "bairro sustentável"".

Aprovado em 08/07/2009, com a inclusão, dentre os convidados, de um representante do Ministério das Cidades;

Audiência pública realizada, em duas etapas, em 22 e 29/10/2009

Requerimento nº 83/09 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "solicita seja realizada reunião de audiência pública para obtenção de esclarecimentos sobre os entraves aos serviços de saneamento, bem como para a discussão de soluções e modelos bem sucedidos nessa área".

Aprovado em 12/08/2009, com a inclusão, dentre os convidados, do Senhor José Carlos Melo, consultor residente no Estado de Pernambuco.

Audiência pública realizada em 16/09/2009;

Requerimento nº 84/09 - dos Srs. Zezéu Ribeiro e Paulo Teixeira - que "requer a realização de audiência pública para debater o tema Mobilidade Urbana Sustentável e o Programa de Aceleração Crescimento para a Copa do Mundo de 2014".

Aprovado em 26/08/2009.

Substituído pelo Requerimento nº 85/2009.

Requerimento nº 85/09 - dos Srs. Zezéu Ribeiro e Paulo Teixeira - que "requer a realização de audiência pública para debater o tema Mobilidade Urbana Sustentável e o Programa de Aceleração Crescimento para a Copa do Mundo de 2014".

Aprovado em 16/09/2009;

Requerimento nº 86/09 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Turismo e Desporto para obtenção de esclarecimentos do Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), sobre os preparativos da Copa do Mundo de Futebol de 2014".

Aprovado em 21/10/2009.

Audiência pública realizada em 24/11/2009;

Requerimento nº 87/09 - do Sr. Onyx Lorenzoni - que "requer sejam convidados o Diretor-Presidente e o Diretor Executivo da FENAE Corretora de Seguros e Administração de Bens S/A, respectivamente Srs. Pedro Eugenio Beneduzzi Leite e Alexandre Siqueira Monteiro, para prestarem esclarecimentos perante essa Comissão acerca de denúncias sobre um suposto monopólio na venda de seguros do Programa Minha Casa, Minha Vida".

Aprovado em 04/11/2009;

Requerimento nº 88/09 - do Sr. Zezéu Ribeiro - que "requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministério do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos quanto a execução da emenda nº 50230001, desta Comissão, à Lei Orçamentária de 2008, referente ao "Mapeamento da vulnerabilidades urbanas em face do aquecimento global e do efeito estufa"".

Aprovado em 18/11/2009; e

Requerimento nº 89/09 - do Sr. Onyx Lorenzoni - que "convite para Audiência Pública do Exelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, para manifestar-se sobre o exercício das funções constitucionais por este Tribunal".
Aprovado em 25/11/2009.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO – PLN Nº 07/2009:

Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional. Programa: 0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano. Ação: 1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Produto (unidade de medida): projeto apoiado. Acréscimo de Meta: 12.000.

Aprovada, por unanimidade, em 09/06/2009;

Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas - Nacional. Programa: 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Ação: 20AO Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental. Produto (unidade de medida): projeto apoiado. Acréscimo de Meta: 100.

Aprovada, por unanimidade, em 09/06/2009;

Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - Nacional. Programa: 9989 Mobilidade Urbana. Ação: 10ST Apoio a Projetos de sistemas de Circulação Não-Motorizados. Produto (unidade de medida): projeto apoiado. Acréscimo de Meta: 180.

Aprovada, por unanimidade, em 09/06/2009;

Apoio a Projetos de Drenagem Urbana Sustentável - Nacional. Programa: 1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial. Ação: 10SG Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Fluviais. Produto (unidade de medida): família beneficiada. Acréscimo de Meta: 150.000.

Aprovada, por unanimidade, em 09/06/2009; e

Mobilidade Urbana / Corredores - Nacional. Programa: 9989 Mobilidade Urbana. Ação: 10SS Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de transporte Coletivo Urbano. Produto (unidade de medida): projeto apoiado. Acréscimo de Meta: 56.

Aprovada, por unanimidade, em 09/06/2009.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 46/2009 – CN – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010.

DE APROPRIAÇÃO:

Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano – Nacional. Tipo: apropriação. Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades – Programa: 9989 - Ação: 10SS. Valor: R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009;

Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Nacional. Tipo: apropriação. Unidade Orçamentária: FNHIS – Programa: 9991 - Ação: 10SJ. Valor: R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009;

Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional. Tipo: apropriação. Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades – Programa: 0310 - Ação: 1D73. Valor: R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Cancelamento no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009; e

Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos – Nacional. Tipo: apropriação. Unidade Orçamentária: Ministério do Meio Ambiente – Programa: 8007 – Ação: 86AA. Valor: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009.

DE REMANEJAMENTO:

Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência – Nacional. Tipo: remanejamento. Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades – Programa: 1078 - Ação: 10T2. Valor: R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009;

Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Nacional. Tipo: remanejamento. Unidade Orçamentária: Ministério da Integração Nacional – Programa: 1027 - Ação: -. Valor: R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009;

Implementação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA – Nacional. Tipo: remanejamento. Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades – Programa: 0310 - Ação: 3595. Valor: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009; e

Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados – Nacional. Tipo: remanejamento. Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades – Programa: 9989 - Ação: 10ST. Valor: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Aprovada, com abstenção do Deputado José Carlos Machado, em 25/11/2009.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

TEMA: Sustentabilidade Urbana: Experiências do Brasil e da Suécia.

Audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Urbano; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Viação e Transportes, tendo em vista intercâmbio firmado entre os Governos do Brasil e da Suécia.

Requerimentos nºs 64/09-CDU – do Deputado Eduardo Sciarra, 230/09-CMADS - do Deputado Roberto Rocha e 104/09-CVT - do Deputado Mauro Lopes.

Data: 26/03/2009.

Convidados:

Jacob Wedin, Diretor do Conselho de Comércio Exterior da Suécia;
Erik Freudenthal, Assistente de Informação da Companhia de Água de Estocolmo;
Jonas Tornblom, Diretor Corporativo da ENVAC;
Cássio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal;
Stefan Andersson, Chefe de Gabinete do Ministério de Empreendimento, Energia e Comunicação da Suécia;
Martin Larsson, Chefe de Gabinete do Ministério do Meio-Ambiente da Suécia; e
Carlos Zarattini, membro titular da Comissão de Viação e Transportes.



A reunião de audiência pública conjunta teve como propósito debater um dos temas mais pujantes e desafiadores da atualidade, qual seja, a *sustentabilidade urbana*, nas suas várias facetas: o tratamento dos resíduos sólidos e dos lixos produzidos pelas cidades; o saneamento ambiental e mananciais de águas que nascem nas cidades; as energias limpas; a infraestrutura urbana; e o transporte público e a mobilidade urbana - assuntos que clamam a atenção das autoridades públicas e que interferem diretamente na qualidade de vida dos cidadãos.

Cabe destacar a participação de técnicos e especialistas da Suécia – País com ampla experiência no desenvolvimento sustentável e que, em muito, tem colaborado com o Brasil no que se refere à sustentabilidade. Además, o evento contribuiu para o estreitamento de laços com aquele País, possibilitando a ampliação do intercâmbio de experiências atinentes a assuntos ligados a outros aspectos do desenvolvimento urbano.

TEMA: Investimentos na área de saneamento ambiental por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Requerimento nº 69/09 – do Deputado Renato Amary.

Data: 15/04/2009.

Convidado:

Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.



A audiência pública teve como objetivo a obtenção de esclarecimentos por parte do Senhor Secretário Nacional de Saneamento Ambiental dos critérios adotados na avaliação técnica para a escolha dos Municípios contemplados com recursos do

Programa de Aceleração do Desenvolvimento do Governo Federal para o saneamento, especialmente no Estado de São Paulo.

Além disso, buscou-se informações acerca da efetividade das outras medidas na área de saneamento ambiental inseridas nesse programa.

TEMA: Discussão das providências relativas à organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Desenvolvimento Urbano; e de Turismo e Desporto.

Requerimentos nºs. 184/09-CFFC, dos Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes, 78/09-CDU, do Deputado Eduardo Sciarra, e 167/09-CTD, da Comissão de Turismo e Desporto, e 171/09-CTD, do Deputado Marcelo Teixeira.

Data: 30/06/2009.

Convidados:

José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia - Sinaenco; e

Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte – CNT, representando o Presidente daquela entidade, Senhor Clésio Andrade.



Com o intuito de obter esclarecimentos sobre a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, foi realizada uma série de audiências públicas, com autoridades governamentais e representantes de entidades da sociedade civil organizada, tendo em vista que o referido evento exigirá, por parte do Poder Executivo federal, investimentos públicos vultosos, que garantam a organização daquele que é um dos maiores e mais importantes eventos da indústria mundial do entretenimento.

Procurou-se, com essas reuniões, o embasamento para que o Poder Legislativo - no que lhe couber - possa tomar todas as providências na busca das condições necessárias à perfeita concretização dessa competição esportiva, considerando os diversos aspectos quanto à política urbana e de turismo, bem como a fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários que serão empregados na sua realização.

Esta primeira audiência pública sobre esse tema propiciou a oitiva de representantes de entidades da sociedade civil, com vistas à obtenção de esclarecimentos acerca das condições apresentadas pelas cidades que sediarão os jogos, destacando-se: os equipamentos públicos que serão construídos ou reformados; a adequação da rede hoteleira para atender ao fluxo de turistas e delegações estrangeiras; e as questões referentes ao afluxo aeroportuário no período da competição.

TEMA: Localização geodésica da linha da preamar média de 1831 – LPM/1831, com vistas à demarcação dos terrenos de marinha e seus acréscidos.

Requerimento nº 70/09 – do Deputado José Chaves, Coordenador da Subcomissão Especial de Terrenos de Marinha e Seus Acréscidos.

Data: 15/07/2009.

Convidado:

Obéde Pereira de Lima, Engenheiro-Cartógrafo.



Sob a presidência do Deputado José Chaves, 3º Vice-Presidente da Comissão, a audiência pública teve por escopo obter esclarecimentos sobre questões relacionadas aos “terrenos de marinha e seus acréscidos”, conforme estabelece a Constituição Federal, art. 20, VII, em particular a cobrança de Foro, Taxa de Ocupação e Laudêmio, incidentes sobre esses terrenos, por parte da Secretaria de Patrimônio da

União (SPU), que, embora autorizada legalmente, tem alterado os critérios originais, criados em Decreto Imperial, sem que os contribuintes — principais interessados — sejam consultados. Para tanto, foi convidado o Engenheiro Obéde Pereira de Lima, profundo conhedor da matéria, que discorreu sobre o assunto com propriedade.

TEMA: Entraves aos serviços de saneamento e a discussão de soluções e modelos bem sucedidos nessa área.

Requerimento nº 83/09, do Deputado Eduardo Sciarra

Data: 16/09/2009.

Convidados:

Raul da Graça Couto Pinho, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil; e **Antônio Gilberto Filippo Fernandes Júnior**, Prefeito da cidade de Guaratinguetá - SP.



A audiência pública foi realizada em razão de documento do Instituto Trata Brasil - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, em que são tratadas questões referentes ao saneamento nos municípios brasileiros, em especial aos obstáculos que dificultam o controle social desses serviços, o qual se converteria em eficaz instrumento de identificação dos entraves que impedem a liberação de verbas ao setor, já que informações, no que se refere aos recursos onerosos, não são disponibilizadas pelo Ministério das Cidades e Casa Civil da Presidência da República.

É de se ressaltar que, segundo o documento da referida OSCIP, nas cidades onde os administradores se empenharam na busca de soluções, como, por exemplo, Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, foram desenvolvidos modelos bem sucedidos nessa área.

TEMA: Cobrança de Foro, Taxa de Ocupação e Laudêmio, incidentes sobre os chamados "terrenos de marinha e seus acréscidos", e demais atribuições institucionais da Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Requerimento nº 66/09 – do Deputado José Chaves, Coordenador da Subcomissão Especial de Terrenos de Marinha e Seus Acréscidos.

Data: 23/09/2009.

Convidada:

Alexandra Reschke, titular da Secretaria de Patrimônio da União.



Com a realização dessa reunião, deu-se continuidade à discussão de questões referentes aos terrenos de marinha e seus acréscidos, desta feita para audiência da Secretaria de Patrimônio da União, para que fossem apresentadas as explicações daquele Órgão no que se refere à cobrança de Foro, Taxa de Ocupação e Laudêmio, incidentes sobre esses terrenos, bem como às demais atribuições daquela Secretaria.

TEMA: Discussão das providências relativas à organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Turismo e Desporto; e de Desenvolvimento Urbano.

Requerimentos nºs 184/09-CFFC, dos Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes, 163/09-CTD, do Deputado Jackson Barreto, e 78/09-CDU, do Deputado Eduardo Sciarra.

Data: 06/10/2009.

Convidado:

Marcio Fortes, Ministro das Cidades.



A audiência pública deu prosseguimento aos debates em torno dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 a ser realizada no Brasil, com vistas à discussão do planejamento, aplicação dos recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades, principalmente os previstos para a mobilidade urbana nos grandes centros que sediarão jogos.

TEMA: Preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Urbano; de Fiscalização Financeira e Controle; e de Turismo e Desporto.

Requerimentos nºs 78/09-CDU – do Deputado Eduardo Sciarra, 169/09-CTD - do Deputado Afonso Hamm, e 184/09-CFFC - dos Deputados Sílvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes.

Data: 14/10/2009.

Convidado:

Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte.



A audiência pública objetivou a continuidade dos debates em torno dos preparativos para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a ser realizada no Brasil, em particular aos aspectos relacionados à construção e adaptação das praças esportivas que receberão os jogos do campeonato em questão.

TEMA: Bairro Sustentável

Requerimentos nºs 82/09-CDU e 264/09-CMADS – do Deputado Jorge Khoury.

Data: 22/10/2009.

Convidados:

Cássio Taniguchi, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Governo do Distrito Federal;

Alexandra Albuquerque Maciel, Analista de Infraestrutura da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, representando o Senhor Vicente Andreu Guillo, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente;

Rodrigo Mindlin, especialista em sustentabilidade urbana;

Marcelo Vespoli Takaoka, Presidente do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS; e

Marcos Casado, representante do Green Building Council Brasil.



Procurou-se com a realização dessa audiência pública a promoção do debate sobre as cidades sustentáveis, ou seja, aquelas que contemplam a união das áreas social, econômica e ambiental; buscam a legalização de áreas irregulares; a criação de bairros e prédios verdes; o adensamento ao longo dos eixos de transporte; e o aproveitamento da infraestrutura já implantada.

Durante o evento, que contou com a presença de convidados do setor público e de entidades da sociedade civil, foram relatadas várias experiências com bairros sustentáveis, em particular a criação do Setor Noroeste, em Brasília, que se integra a um quadro de vanguarda da sustentabilidade, sendo o primeiro bairro ecológico do país.

TEMA: Bairro Sustentável - segunda parte.

Requerimentos nºs 82/09-CDU e 264/09-CMADS – do Deputado Jorge Khoury.

Data: 29/10/2009.

Convidados:

Celso Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, representando a Senhora Maria Teresa Jucá, titular daquela Secretaria;

Afonso Henriques de Jesus Lopes, Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de São Luís – MA, representando a Senhora Maria do Amparo Araújo Melo, Secretária Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Luís – MA;

Maria Lúcia Refinetti Martins, Professora do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;

Karina Uzzo, Professora de Direito Urbanístico da Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo.



Nesse evento, deu-se prosseguimento à discussão acerca do conceito “Bairro Sustentável”, iniciada na reunião de audiência pública ocorrida no dia 22 do mesmo mês, desta feita com a participação de convidados representantes do setor acadêmico.

TEMA: Discussão da atual situação dos aeroportos, bem como das estratégias de investimento e os prazos necessários para cumprimento das metas assumidas pelo Brasil junto a FIFA, para a realização da Copa de 2014, e junto ao COI, para realização dos Jogos Olímpicos em 2016”.

Audiência pública conjunta das Comissões de Turismo e Desporto; de Desenvolvimento Urbano; e de Viação e Transportes.

Requerimentos nºs. 205/09-CTD - do Deputado Lupércio Ramos, 86/09-CDU - do Deputado Eduardo Sciarra e 174/09 e 175/09-CVT - dos Deputados Vanderlei Macris e Perpetua Almeida, respectivamente.

Data: 24/11/2009.

Convidados:

Murilo Marques Barboza, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero;

Rodrigo Ferreira Oliveira, Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac;

José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias;

Ramon Borges Cardoso - Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Diretor-Geral do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica.



A audiência pública conjunta teve o intuito de dar sequência aos debates em torno dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a ser realizada no Brasil, bem como para as Olimpíadas de 2016, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, em especial no que se refere à complexidade das obras a serem executadas em todos os aeroportos das doze cidades brasileiras que sediarão os jogos e, ainda, conhecer as metas e estratégias que os Órgãos, representados pelos expositores, estão adotando para superar as dificuldades que porventura estejam se apresentando.

TEMA: Programa “Minha Casa, Minha vida”, e inclusão nos Programas Habitacionais do Governo Federal das áreas atingidas por enchentes.

Requerimentos nºs 72/09 – do Deputado Jorge Khoury, e 81/09 – do Deputado Flávio Dino;

Data: 09/12/2009.

Convidado:

Marcio Fortes, Ministro de Estado das Cidades.



O governo federal lançou o programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ com o objetivo declarado de diminuir o déficit habitacional, prometendo, assim, dar acesso a um milhão de moradias a famílias com renda de até 10 salários mínimos.

Por tratar-se de meta, no mínimo, ambiciosa, ainda mais quando se tem em mente o ritmo de execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscou-se com a realização desta audiência pública esclarecimentos do Senhor Ministro quanto ao fato de o ‘Minha Casa, Minha Vida’ não ser um novo PAC, no tocante à baixa eficiência de execução e o forte componente propagandista.

E mais. O evento em comento seria a oportunidade de alertar o Ministro sobre as chuvas que se abateram sobre o Norte e o Nordeste do País, com cerca de 135 mil desabrigados, e as tragédias que se abateram no ano de 2008 sobre o Estado de Santa Catarina, evidenciado-se, portanto, a necessidade de atuação urgente das autoridades, não só para conter os prejuízos sofridos, mas também para a reconstrução digna das vidas das populações atingidas.

REUNIÕES COM AUTORIDADES DO GOVERNO E DE REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL.

Reunião do Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Sciarra, e outros Parlamentares da Casa, com representantes do Movimento Moradia Digna para discussão do Pacote Habitacional ‘Minha Casa, Minha Vida’, lançado no dia 25 de maio de 2009.

Reunião dos Deputados Eduardo Sciarra e Fernando Chucre, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e os dirigentes das demais Comissões Permanentes, com o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, oportunidade em que foram apresentadas as seguintes solicitações da

CDU: que, para as relatorias das matérias inerentes ao campo temático deste Órgão Técnico nas Comissões Especiais, fossem designados Deputados membros desta Comissão; o indeferimento de requerimento de inclusão de mais duas Comissões de mérito para apreciação do Projeto de Lei nº 3.460/2004 - Estatuto da Metrópole; e que fossem incluídos na Ordem do Dia da Câmara os Projetos de Lei nºs. 7.699/2006 - Estatuto do Portador de Deficiência, 3.057/2000 - parcelamento do solo urbano e 2.667/1996 - cobrança de multa de mora decorrente de atraso de obrigação contratual referente a condomínio, aluguel e tarifas públicas.

Reuniões internas para discussão da elaboração de uma legislação ambiental urbana, tendo em vista as peculiaridades do espaço urbano, que não seriam contempladas no código dirigido ao setor rural, com a participação da Advogada Dra. Samanta Pineda, especialista em Direito Socioambiental, e de membros da Comissão.

Audiência dos Deputados Eduardo Sciarra e Zezé Ribeiro, respectivamente, Presidente e ex-Presidente da Comissão, com o Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, Senhor Jorge Hereda, sobre procedimentos operacionais para viabilizar o Programa Habitacional do Governo Federal; o excesso de burocracia nos procedimentos de financiamento habitacional; e o apoio ao setor da construção civil.

Audiência dos Deputados Eduardo Sciarra e João Bittar, respectivamente, Presidente e 1º Vice-Presidente da Comissão, com o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Senhor Leodegar Tiscoski, sobre o processo simplificado de seleção de propostas de operações de crédito destinadas à execução de ações de saneamento; e a regulamentação da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Encontro do Deputado Jorge Khoury, representando a Comissão, com o Ministro do Meio Ambiente, Senhor Carlos Minc, em visita daquela autoridade à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, quando foi apresentado ao Ministro a intenção de membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano em elaborar uma legislação ambiental urbana.

Encontro do Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Comissão, e do Deputado Arnaldo Jardim, membro da Comissão e Coordenador do Grupo Técnico criado pela presidência da Casa para sistematizar os projetos que tratam de questões relacionadas a resíduos sólidos, com representantes da Tetra Pak, na cidade de São Paulo, quando foram tratados assuntos atinentes a essa matéria.

Audiência dos Deputados Eduardo Sciarra, João Bittar e Fernando Chucre, respectivamente, Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes da Comissão, com o Ministro das Cidades, Senhor Marcio Fortes, sobre a presença do ministro em reunião de audiência pública da Comissão acerca do Programa "Minha Casa, Minha Vida" e a realização da 10ª Conferência das Cidades da Comissão e, ainda, sobre a regulamentação da Lei nº 11.445/2007 – diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Em novo encontro do Presidente da Comissão com o Ministro Marcio Fortes, foi reiterado o convite para a audiência pública e, por sugestão da Deputada Angela Amin, discutida a aplicação dos recursos orçamentários oriundos das Emendas da Comissão ao Orçamento da União.

Audiência dos Deputados Eduardo Sciarra e Arnaldo Jardim, respectivamente Presidente e membro da Comissão, e do Deputado José Otávio Germano, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, sobre a disputa entre municípios e empresas estaduais de saneamento no que se refere à competência e titularidade para o planejamento e a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, a teor da ADI nº 40581DF, em curso naquela Corte de Justiça.

Encontro do Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Comissão, com o Prefeito de Cuiabá, Senhor Wilson Santos, 1º Vice-Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, em que foram discutidos temas, como: elaboração de uma legislação ambiental para o espaço urbano; mobilidade urbana; realização da Conferência das Cidades, que contaria com o apoio daquela Frente; e o desconhecimento, por parte dos prefeitos, dos instrumentos e ferramentas que o Estatuto das Cidades oferece aos administradores municipais.

Participação dos Deputados Angela Amin, Eduardo Sciarra e Fernando Chucre, Presidente, ex-Presidenta e 2º Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, no Terceiro Congresso da Rede de Municípios “*Cities For Mobility*”, na cidade de Stuttgart - Alemanha, em que foram tratadas questões referentes ao tema mobilidade urbana.

Participação do Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Comissão, na 55ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, ocasião em que foi transmitido aos presentes convite para participarem da 10ª Conferência das Cidades e foi apresentado breve relato sobre os trabalhos da Comissão Especial do Transporte Coletivo Urbano, presidida pelo Deputado Eduardo Sciarra.

Visita do Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Comissão, à Espanha, juntamente com Deputados da Frente Parlamentar da Infraestrutura, para conhecimento de projeto desenvolvido por aquele país de incentivo ao aproveitamento de fonte renovável de energia.

SUBCOMISSÕES:

COMPOSIÇÃO E INSTALAÇÃO.

Constituição e instalação da Subcomissão Especial dos Terrenos de Marinha e Seus Acrescidos, composta pelos Deputados Angela Amim, Evandro Milhomen, Flávio Dino, José Carlos Machado, José Chaves e Marcelo Melo, Conforme o Requerimento nº 65/09, do Deputado José chaves.

Em 15/04/09.

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS EM VIGÊNCIA:

Subcomissão Especial de Ordenamento Territorial e Regiões Metropolitanas.

Coordenador: Deputado Zezéu Ribeiro.

Membros:

Deputado Arnaldo Jardim PPS/SP;
Deputado Chico Abreu PR/GO - membro até 19/10/2009;
Deputado Fernando Chucre PSDB/SP;
Deputado José Paulo Tóffano PV/SP;
Deputado Silvio Costa PMN/PE; e
Deputado Zezéu Ribeiro PT/BA.

Subcomissão Especial de Acompanhamento das Obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Coordenador: Deputado José Carlos Machado.

Membros:

Deputado José Carlos Machado DEM/SE;
Deputado Luiz Carlos Busato PTB/RS; e
Deputado Silvio Costa PMN/PE.

Subcomissão Especial dos Terrenos de Marinha e Seus Acrescidos.

Coordenador: Deputado José Chaves.

Membros:

Deputada Angela Amin PP/SC;
Deputado Evandro Milhomem PCdoB/AP;
Deputado Flávio Dino PCdoB/MA;
Deputado José Carlos Machado DEM/SE;
Deputado José Chaves PTB/PE; e
Deputado Marcelo Melo PMDB/GO.

SUBCOMISSÕES PERMANENTES EM VIGÊNCIA:

Subcomissão Permanente de Habitação.

Coordenadores: Deputados Fernando Chucre e Zezéu Ribeiro.

Membros:

Deputado Fernando Chucre PSDB/SP;
Deputado Renato Amary PSDB/SP; e
Deputado Zezéu Ribeiro PT/BA.

Subcomissão Permanente do Saneamento.

Coordenador: Deputado Arnaldo Jardim.

Membros:

Deputado Arnaldo Jardim PPS/SP;
Deputado Chico Abreu PR/GO - membro até 19/10/2009;
Deputado Flaviano Melo PMDB/AC; e
Deputado Silvio Costa PMN/PE.

Subcomissão Permanente de Mobilidade Urbana e Transporte.

Coordenadora: Deputada Angela Amin.

Membros:

Deputada Angéla Amin PP/SC; e
Deputado Luiz Carlos Busato PTB/RS.

10º CONFERÊNCIA DAS CIDADES.



A Comissão de Desenvolvimento Urbano realizou a 10ª edição da *Conferência das Cidades*, que já se incorporou à própria estrutura dos grandes eventos realizados anualmente no Parlamento, tendo alcançado destacado espaço institucional como um importante instrumento de interlocução e de defesa das ações voltadas ao desenvolvimento urbano no País.

Esse reconhecimento deve-se ao fato de que a Conferência das Cidades constitui importante canal de participação e de interação social e já integra a agenda nacional como o espaço anual de debate das grandes questões urbanas, contando com a participação dos cidadãos e dos principais agentes interessados no desenvolvimento urbano do País – como prefeitos, parlamentares, representantes da sociedade civil organizada, acadêmicos, especialistas em urbanismo e estudantes.

Esta edição da Conferência ocorreu entre os dias 1º e 2 de setembro e teve como temática a **Mobilidade Urbana** e todos os aspectos a ela relacionados, notadamente os referentes ao transporte coletivo urbano, meios alternativos de transporte nas cidades, tarifas dos serviços de transporte coletivo, acessibilidade, mobilidade urbana sustentável e políticas públicas voltadas a essa área.

Durante sua realização, cerca de 2.500 pessoas visitaram toda a estrutura

integrante do evento, montada nas dependências da Câmara e adjacência, a saber: I) exposição de ônibus escolares especiais no estacionamento do anexo IV; II) lançamento de dois livros; III) museu do transporte urbano, montado no Espaço do Servidor; e IV) solenidade de entrega do prêmio Selo Cidade Cidadã, além das exposições temáticas que ocorreram no Auditório Nereu Ramos.

Foi criado um blog, onde, durante os eventos, foram postadas informações sobre as palestras ministradas, além de fotos:
<http://conferenciadascidades.blogspot.com>.



A Conferência teve a sua abertura oficial no dia 1º de setembro, ocasião em que o Ministro das Cidades, Marcio Fortes, afirmou que o Governo lançaria o PAC da Mobilidade, uma variante do Programa de Aceleração do Crescimento voltado para a mobilidade urbana, a exemplo dos PACs da habitação e infraestrutura, já em andamento. Segundo o ministro, o programa ainda estava em discussão e teria como gancho as obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os jogos olímpicos de 2016.

Após a apresentação do Ministro das Cidades, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - Ipea, Carlos Henrique Carvalho, citou que, ao longo dos últimos dez anos, segundo dados levantados pelo Instituto, o número de passageiros de ônibus diminuiu no País, enquanto as vendas de motos e carros “explodiram”. Acrescentou que a frota de automóveis de passeio é de 28 milhões de veículos, a que se somam 9 milhões de motocicletas e apenas 100 mil ônibus urbanos. Asseverou que quanto menor a cidade, maiores são os deslocamentos não motorizados ou com motocicletas, sendo que menos da metade das cidades com número inferior a 50 mil habitantes conta com ônibus urbano. Revelou a triste constatação de que o Brasil aproxima-se, cada vez mais, do pior padrão de gasto de energia para locomoção do mundo, que é o norte-americano.

Carlos Henrique Carvalho ressaltou, ainda, que, nos últimos 15 anos, houve sensível aumento na proporção de trabalhadores que gastam mais de uma hora no transporte entre sua casa e o trabalho. Uma das soluções que propôs foi a priorização do transporte público, com possível restrição à compra e ao uso de automóveis privados, a exemplo da prática de rodízio nas grandes cidades; a redução no custo do transporte público, com abatimento de tributos; e o fim da gratuidade de passagens, o que reduziria o preço geral em 20%.

No segundo dia da 10ª Conferência das Cidades, 2 de setembro, o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - Sinaenco, José Roberto Bernasconi, alertou para a preocupante situação dos

aeroportos brasileiros, e que, apesar da aproximação da Copa do Mundo de 2014, em que são esperados cerca de 800 mil visitantes, pouca coisa está sendo feita. Acrescentou que os terminais rodoviários e portuários também não estão em condições de atender o volume da demanda. Foi mais otimista em relação às obras necessárias para a realização da copa, pois, segundo ele, o administrador, tendo o projeto de engenharia completo na mão, "pode gerenciar aquilo com competência, com segurança".

O Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Eduardo Sciarra, também demonstrou preocupação com a falta de planejamento em relação à Copa de 2014, para a qual estão previstos 64 jogos em 12 sedes e o acompanhamento pela TV por 40 bilhões de pessoas.

Durante a realização da 10ª Conferência das Cidades, foram apresentadas diversas experiências no campo da mobilidade urbana, discutidas por importantes especialistas da área. O presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, que gerencia todo o sistema de transporte da região metropolitana do Recife, Dilson Peixoto, relatou que, há um ano, prefeitos de 14 municípios e o governo do Estado de Pernambuco tornaram-se sócios da empresa. Explicou que o novo sistema busca beneficiar as comunidades mais distantes, principalmente com a cobrança de uma única tarifa por trecho para percorrer toda a região, a fim de garantir mobilidade e redução de custos. As pessoas pagam uma tarifa por sentido, o que possibilita um trabalhador disputar emprego em qualquer ponto da cidade.

Os especialistas que participaram do evento ressaltaram que a melhoria da mobilidade nas cidades brasileiras passa pela concepção do centro urbano, por uma boa gestão do sistema de transporte público e também pelo envolvimento de toda a sociedade, até mesmo das pessoas que só utilizam carro particular.



O arquiteto Jaime Lerner, ex-Governador do Paraná e ex-Prefeito de Curitiba, assegurou que qualquer cidade pode melhorar sua qualidade de vida em quatro anos, o período de um mandato, se houver vontade política e estratégia. "É melhor ter um sistema de transporte de superfície já, do que ficar esperando 30 anos por uma linha de metrô. Também é preciso

parar de fazer obras para automóvel", declarou. Citou o exemplo de Curitiba, onde o sistema integrado de transporte é considerado um modelo nacional. Na capital paranaense, os ônibus trafegam por pistas exclusivas e os passageiros esperam pelo veículo em tubos de embarque rápido, pelo tempo médio de 30 segundos a 1 minuto.

Na sua opinião, os trabalhadores devem morar perto de seus serviços e o transporte de massa deve percorrer o desenho principal da cidade, onde se localizam moradias e locais de trabalho.

O professor Rômulo Orrico Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ sugeriu o envolvimento de toda a sociedade no que chamou de "pacto pela mobilidade". Para ele, as pessoas que utilizam transporte individual devem contribuir para a melhoria do transporte público, uma vez que elas também serão beneficiadas com a redução do tráfego nas grandes cidades.

O presidente da Comissão, Deputado Eduardo Sciarra, avalia que os resultados da 10ª Conferência das Cidades serão analisados pela Comissão e incorporados à atividade legislativa. Na sua opinião, ainda falta no País diretrizes básicas para nortear a questão do transporte nas grandes cidades. "Temos que priorizar sempre o coletivo em vez do individual e essas questões devem ser respaldadas pela legislação", afirmou.

Além dos especialistas destacados, também prestigiam esta edição da Conferência inúmeros gestores públicos que lidam diariamente com a questão urbana, estudantes, Parlamentares e a sociedade interessada no tema. O evento contou, ainda, com um expressivo número de visitantes às estruturas integrantes do evento, conforme destacado no início desta apresentação.

Motivou a escolha do tema deste ano os desafios da mobilidade urbana impostos às cidades brasileiras, o que dificulta – e em alguns casos mais extremos até mesmo inviabiliza – os deslocamentos diários das pessoas, além de provocar o caos nas médias e grandes cidades.

Tais problemas evidenciam a necessidade de adaptação ou mesmo de adoção de outros paradigmas, sejam eles no campo político, econômico ou social, de sorte que o planejamento, a gestão e a adoção de meios de locomoção pelos espaços urbanos sejam feitos de forma racional e sustentável.

Nessa perspectiva, a Mobilidade Urbana é um tema que se impõe na atualidade, pois não é possível dissociar esse aspecto do desenvolvimento sustentável, vez que dessa interação depende a construção de cidades mais justas, incluentes e que ofereçam qualidade de vida a seus habitantes.

A melhoria da qualidade do ambiente urbano, portanto, deve ser almejada por todos: governos, entes privados, organismos não-governamentais e cidadãos. Assim, esta edição da Conferência das Cidades reuniu e trocou experiências, identificou alternativas e enfrentou o atual panorama de problemas relacionados à mobilidade urbana, prestando, dessa forma, uma importante contribuição para o aprofundamento dos debates em torno de tema tão relevante na atualidade.

PROGRAMAÇÃO.

Mesa de Abertura:

Marcio Fortes de Almeida – Ministro de Estado das Cidades;
Eduardo Sciarra – Deputado Federal e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados;
Otávio Vieira da Cunha Filho – Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU; e
Marcos Túlio de Melo – Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea.

1º de setembro

14h - Cerimônia de Abertura.

Painel I – Diagnóstico da Mobilidade Urbana no Brasil.

Mediadora: Arquiteta Fernanda Antônia Fontes de Mendonça - representante do Pensar Brasil.

14h45 - Palestra de Abertura: Impactos econômicos e sociais.

Palestrante: Professor Dr. Carlos Henrique Carvalho - pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Debate

15h45 - Tema 1 - Inclusão Social, Acessibilidade e Mobilidade Urbana.

Palestrante: Sr. Nazareno Afonso - Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP.

Debate.

16h45 - Tema 2 - O Financiamento da Mobilidade Urbana: Buscando novas saídas.

Palestrante: Professor Dr. Joaquim Aragão - Centro de Formação de Recursos Humanos em Transporte da Universidade de Brasília - Ceftru/UnB.

Debate

18h - Encerramento do 1º dia

2 de setembro

09h – Abertura.

Painel II – Experiências Nacionais e Internacionais.

Mediator: Senhor Alfredo Peres da Silva – Diretor-Presidente do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran e Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - Conatran.

09h15 - Tema 3 - Mobilidade Urbana Sustentável no Brasil.

Palestrante: Arquiteto Jaime Lerner.

Debate.

10h15 - Tema 4 - Estudo de Caso da Região Metropolitana de Recife - PE.

Palestrante: Senhor Dilson de Moura Peixoto - Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito.

Debate

11h15 - Tema 5 - Experiências de Sucesso na Superação dos Problemas da Mobilidade Urbana.

Palestrante: Professor Dr. Rômulo Dante Orrico Filho - Coppe/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Debate

12h – Almoço

14h - Painel III – Oportunidades e Desafios.

Mediador: Senhor Marcos Bicalho dos Santos - Diretor-Superintendente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU.

14h15 - Tema 6 - A Copa do Mundo de 2014.

Palestrante: Sr. José Roberto Bernasconi - Presidente do Sindicato da Arquitetura e Engenharia – Sinaenco.

Debate

15h15 – Tema 7 - Acessibilidade e Qualidade dos Serviços de Transportes Públicos.

Palestrante: Sra. Denise Costa Granja - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade.

Debate

16h15 - Tema 8 - O Papel do Legislativo.

Palestrante: Deputada Federal Angela Amin - PP/SC - Relatora do Projeto de Lei nº 1.687/2007 - que “institui as diretrizes nacionais do transporte coletivo urbano”.

Debate

17h15 – Solenidade de Premiação do Concurso Selo Cidade Cidadã.

Apresentação: Deputado Federal Eduardo Sciarra (DEM/PR).

17h45 – Coquetel de encerramento.

Concurso Público Selo Cidade Cidadã - 5ª Edição.



O Concurso Público Selo Cidade Cidadã foi instituído pela Resolução nº 11, de 2003, cujo objetivo é premiar, anualmente, municípios que se destacaram no implemento de políticas públicas que tenham como fundamento a gestão democrática das cidades, com inclusão social e com a promoção contínua da cidadania. Assim, o certame visa selecionar as iniciativas e as ações já implementadas ou em fase de

implantação nos municípios brasileiros e com resultados concretos para a melhoria das condições de vida de seus habitantes.

Nesta quinta edição do Selo Cidade Cidadã, e em sintonia com a temática da Conferência das Cidades, foram aceitas iniciativas que versassem sobre Políticas de Mobilidade Urbana Sustentável e Inclusivas, nas seguintes áreas: Mobilidade Urbana Sustentável; Inclusão Social e Acessibilidade por Meio da Mobilidade Urbana; Gestão Integrada da Mobilidade Urbana; Governança na Gestão da Mobilidade Urbana e Plano de Mobilidade Urbana.

O certame contou com a inscrição de 29 projetos, de 20 cidades brasileiras. Para concorrer ao prêmio “Selo Cidade Cidadã”, o município inscrito elegeu ações e os instrumentos mais significativos de aplicabilidade dentro de sua realidade territorial e de importância social. Puderam participar do referido certame os municípios com projetos concluídos nos últimos quatro anos ou que estivessem em andamento há pelo menos seis meses, ou, ainda, projetos em fase pré-operacional hábeis a mitigar problemas nas áreas citadas no tópico precedente.

A avaliação dos projetos concorrentes considerou os seguintes critérios:

relevância - avaliou se a implementação do instrumento e/ou ação trouxe benefícios perceptíveis à cidade e à comunidade, demonstrados por meio de evidências de melhoria na condição de vida dos habitantes do município;

inovação - avaliou se o instrumento e/ou ação apresenta uma nova forma de trabalho ou aborda de maneira criativa um problema enfrentado pelo município;

efetividade - avaliou se o instrumento e/ou ação demonstra o uso responsável e sustentável, de forma eficiente e eficaz, dos recursos econômicos, sociais e ambientais disponíveis, garantindo sua continuidade no tempo; e

inclusão social - avaliou se o instrumento e/ou ação reconhece e responde às diversidades social e cultural, promovendo a igualdade e equidade social.

Para compor a Comissão Julgadora, a CDU contou com a colaboração de técnicos com larga experiência profissional dentro da temática proposta, a saber: o Economista **Luís Fernando Melo Mendes**, que atua junto à Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil; o Professor e Urbanista **Joaquim Aragão**, Diretor do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transporte da Universidade de Brasília; o Arquiteto **João Alencar Oliveira Júnior**, técnico da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; a Consultora Legislativa da

Câmara dos Deputados, **Antonia Maria de Fátima Oliveira**, e o Consultor Legislativo do Senado Federal, **Túlio Augusto Castelo Branco**, que atuam nas áreas de meio ambiente e de desenvolvimento urbano.

A participação no Concurso se deu em duas categorias populacionais: até 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes. Foram selecionados 2 (dois) municípios em cada modalidade populacional, sendo que a premiação lhes foi entregue em cerimônia realizada imediatamente após o encerramento da 10ª Conferência das Cidades, no dia 2 de setembro, no Auditório Nereu Ramos.

Dentre os municípios com população de até 100 mil habitantes, foram premiadas as cidades de **Forquilhinha/SC** e **Leme/SP**. A primeira apresentou um projeto que consiste na urbanização do trecho urbano de uma rodovia, com a implantação de ciclovia bidirecional, passeios calçados e áreas de estacionamento, difundindo o conceito atual de mobilidade urbana sustentável, potencializando os meios de transportes não-motorizados. O município paulista venceu com um projeto implantado há mais de um ano, que consiste numa rede de transporte coletivo voltado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e da rede municipal de saúde, garantindo um sistema de transporte regular, pontual e gratuito.

Nos municípios com população superior a 100 mil habitantes, os vencedores foram **Contagem/MG** e **Natal/RN**. O projeto da cidade mineira prevê o transporte gratuito para pessoas de qualquer faixa etária, que apresentem deficiência física com alto grau de comprometimento ou com mobilidade reduzida, e que possuam renda per capita de até um salário mínimo. O projeto integra três áreas importantes das políticas públicas: a saúde, a educação e a assistência social. O serviço utiliza veículos adaptados, com espaço para acompanhantes e com motoristas treinados que fazem o transporte dos usuários de sua residência até o destino (postos de saúde, escola etc). O programa usa 25 carros contratados e atende atualmente cerca de 500 pessoas, numa média de 647 atendimentos escolares e 3800 consultas de saúde. Este projeto garante o direito de ir e vir e de socialização não só das crianças com deficiência motora, mas também das mães, pois, sem estrutura de mobilidade, as primeiras acabavam permanecendo em suas casas e, em consequência disso, mesmo que involuntariamente, as mães delas também se excluíam.

Já o projeto da cidade de Natal foi voltado à melhoria do fluxo viário nos principais corredores e a facilitação da mobilidade de pedestres, veículos particulares, transporte público, veículos de carga etc. Com a implantação do projeto, observou-se a alteração da cultura dos motoristas e, consequentemente, uma significativa melhoria da qualidade de tráfego e aumento da velocidade média.

Os vencedores, além da premiação recebida, terão o direito de uso da marca oficial Selo Cidade Cidadã - 2009, que a prefeitura poderá utilizar na identidade visual do município pelo prazo de um ano a partir da data da premiação.

Vale registrar, por fim, que o Concurso Selo Cidade Cidadã alcançou a contento o seu objetivo, pois tornou públicas experiências e ações bem sucedidas capazes de melhorar as condições de vida nas cidades, além de possibilitar a difusão desses projetos em outros municípios brasileiros.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE IMPRENSA.

Na área de Assessoria de Imprensa da Comissão, várias foram as ações voltadas à divulgação dos trabalhos legislativos aqui desenvolvidos, destacando-se a elaboração e distribuição do Informativo “Cidade em Pauta” e a criação do Blog da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Com publicação semanal, o informativo Cidade em Pauta foi criado em 2007, com o objetivo de divulgar os trabalhos, acontecimentos, decisões e notícias em geral da Comissão, sendo que em 2009 foram publicadas 54 edições, cujos exemplares foram distribuídos aos Deputados, autoridades, imprensa e demais interessados.

A produção, reportagem, redação, edição, diagramação e distribuição do informativo referido ficou à cargo da equipe de comunicação formada por jornalistas e estagiários de jornalismo.

BLOG DA CDU.



A fim de publicar as notícias da Comissão de Desenvolvimento Urbano na internet, a Assessoria de Imprensa criou um blog, ao qual qualquer pessoa pode ter acesso, por meio do endereço www.blogcidadeempauta.blogspot.com.

Esse blog é uma extensão do Informativo Cidade em Pauta, porém com a vantagem de poder ser atualizado a qualquer momento e permitir aos internautas que

compartilhem opiniões e acessem arquivos e informações sobre a Comissão, em primeira mão. Além disso, o blog contém uma série de links para páginas correlacionadas, como: blogs de outras Comissões; da Conferência das Cidades; e o sítio do Ministério das Cidades.

Os interessados podem, também, receber as atualizações do blog por e-mail, cadastrando-se no grupo do Cidade em Pauta, no Gmail. A página do Ggroup da CDU é <http://groups.google.com.br/group/cidadeempauta>.

Coube, ainda, à Assessoria de Comunicação a realização de entrevistas com Parlamentares membros da Comissão e outras autoridades que estiveram presentes nas audiências públicas; a “alimentação”, em tempo real, da página da Comissão na Internet quando da realização de eventos e demais atividades de interesse da sociedade. Essa atividade cumpre, assim, a tarefa de informar o cidadão e de prestar contas dos trabalhos desempenhados por este Colegiado.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE.

Após a Constituição de 1988, reconhecida como Constituição Cidadã, as Casas do Congresso brasileiro procuraram abrir canais de participação da sociedade, tanto de forma organizada como de forma individual, harmonizando-se com o princípio da representação popular.

Dentro desse espírito, e dando voz aos representados, a Câmara dos Deputados instituiu o FALE CONOSCO, instrumento de participação a ser utilizado pelos cidadãos que tenham algum registro, questionamento ou que, de algum modo, queiram ser ouvidos pelos seus representantes.

Utilizando essa ferramenta, o cidadão tem participado ativamente dos trabalhos da CDU, encaminhando opiniões, sugestões e dúvidas a respeito das matérias deliberadas na Comissão, as quais são dirimidas pela equipe da Comissão.

Em 2009 a Comissão recebeu e atendeu a 57 (cinquenta e sete) participações no FALE CONOSCO, esclarecendo, anotando, dando encaminhamentos e buscando solucionar as diversas questões relacionadas ao seu campo temático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O ano de 2009 foi marcado por importantes ações no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, todas voltadas ao fortalecimento do seu campo temático

de atuação, além de medidas visando à aproximação institucional com os demais Poderes da União e com as Prefeituras do País.

Na área legislativa, merecem destaque contribuições dadas pelos membros da Comissão às discussões em torno de importantes Projetos de Lei que atualmente estão sendo analisados por Comissões Especiais, a saber: **Projeto de Lei nº 694/1995**, que “institui as Diretrizes Nacionais do Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências”, cuja Comissão Especial é presidida pelo Deputado Eduardo Sciarra; **Projeto de Lei nº 3.460/2004**, que “institui as diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências” - Estatuto da Metrópole; **Projeto de Lei nº 3.057/2000**, que “define a política nacional do solo para fins urbanos”, e o **Projeto de Lei nº 1.927/2003**, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, para isentar as empresas de transporte coletivo urbano municipal e as de Transporte Coletivo Urbano Alternativo, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE”.

Vale destacar, também, a atuação legislativa da Comissão, que culminou na apreciação de quarenta e seis proposições ao longo do ano, além da realização de doze audiência públicas, grupos de discussões, e os já tradicionais eventos anuais da CDU, quais sejam, a 10^a edição da Conferência das Cidades e a 5^a edição do Concurso Selo Cidade Cidadã, ambos com grande repercussão em âmbito nacional.

É oportuno frisar que a CDU disponibiliza todas as informações contidas no presente trabalho em seu portal eletrônico, bem como no seu blog. A exemplo das demais matérias lá divulgadas, tem-se o intuito de tornar acessível todas as atividades realizadas, sejam elas de natureza administrativa ou legislativa. Dessa forma, é possível prestar contas à sociedade dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Técnica, além de contribuir com os estudiosos e gestores públicos que lidam com a questão urbana no País.